



PREFEITURA DE
**SANTANA
DO MUNDAÚ**

Trabalhando
o presente
e construindo
o futuro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ

Rua Silvestre Péricles, s/n - centro - Santana do Mundaú - AL
Cep: 57.840-000 - pmsantanadomundau@hotmail.com - cnpj: 12.332.979/0001-84

PARECER CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO FINANCEIRO 2025

Paulo Victor Claudino Gomes
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO

SUMÁRIO

I – Identificação do Município	3
II – Planejamento e Orçamento	4
III – Aquisição de Bens e Serviços	5
IV – Tributação	6
V – Finanças e Indicadores LRF	7
VI – Contabilidade – Despesas por Função	8
VII – Gestão de Pessoal	9
VIII – RPPS – Regime Próprio de Previdência Social	10
IX – Dívida Consolidada	11
X – Educação	12
XI – Saúde Pública	13
XII – Assistência Social	14
XIII – Patrimônio e Investimentos	15
XIV – Convênios e Transferências de Capital	16
– – Considerações Finais e Conclusão	17
– – Assinaturas	18

I – IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

O presente Parecer do Controle Interno é elaborado com fundamento no art. 74 da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), na Lei Federal nº 4.320/1964, e na Instrução Normativa nº 003/2011 do TCE/AL, objetivando atestar a regularidade das contas do Município de Santana do Mundaú/AL, relativas ao exercício financeiro de 2025.

IDENTIFICAÇÃO	DADOS
Município	Santana do Mundaú
Estado	Alagoas
CNPJ	12.332.979/0001-84
Exercício Financeiro	2025 (01/01/2025 a 31/12/2025)
Previsão Inicial LOA 2025	R\$ 112.820.818,27
Receita Corrente Líquida (RCL)	R\$ 110.455.048,68
RCL Ajustada – Limites Pessoal	R\$ 104.991.372,68
RCL Ajustada – Limites Endividamento	R\$ 108.255.048,68

II – PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

2.1 Balanço Orçamentário – Exercício 2025

O Município de Santana do Mundaú/AL manteve seus instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) em conformidade com os arts. 165 a 169 da CF e arts. 4º e 5º da LRF. Conforme o RREO – Anexo 01 (6º Bimestre):

ITEM	PREVISTO (R\$)	REALIZADO (R\$)
Receitas Correntes	107.820.818,27	112.175.521,65
Receitas de Capital	500.000,00	4.272.415,79
Rec. Intra-Orç. (RPPS)	4.500.000,00	3.291.439,88
TOTAL DA RECEITA	112.820.818,27	119.739.377,32
Despesas Correntes	108.894.818,57	106.343.260,17
Despesas de Capital	8.052.008,62	5.826.520,23
Despesas Intra-Orç. (RPPS)	3.269.221,15	3.269.221,15
TOTAL DA DESPESA (liquidada)	120.216.048,34	115.419.001,55
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	–	397.734,58

2.2 Execução Orçamentária – Dotação Atualizada x Realizado

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	66.160.758,21	65.825.334,68
Outras Despesas Correntes	42.734.060,36	42.421.187,62
Investimentos	7.675.321,58	7.449.212,25
Amortização da Dívida	376.687,04	376.687,04
Despesas Intra-Orç. (RPPS)	3.269.221,15	3.269.221,15
TOTAL GERAL	120.216.048,34	119.341.642,74

[REGULAR] O planejamento orçamentário atendeu às exigências legais. A receita total realizada (R\$ 119,7 milhões) superou a previsão inicial em 6,1%, com superávit orçamentário de R\$ 397.734,58 e crescimento expressivo nas Receitas de Capital (R\$ 4,27 milhões realizados contra previsão de R\$ 500 mil).

[ATENÇÃO] A dotação atualizada atingiu R\$ 120,2 milhões contra previsão inicial de R\$ 112,8 milhões, indicando abertura significativa de créditos adicionais. Recomenda-se aprimorar o planejamento de investimentos: os investimentos executados (R\$ 7,45 milhões empenhados) representam apenas 97% da dotação de capital, porém os valores liquidados (R\$ 5,45 milhões) ficam aquém do empenhado, sinalizando atrasos na conclusão de obras.

III – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Com base no RREO – Anexo 02 (Despesas por Função/Subfunção), as principais áreas consumidoras de bens e serviços no exercício 2025 foram:

FUNÇÃO DE GOVERNO	DOTAÇÃO ATUALIZ. (R\$)	EMPENHADO (R\$)
Educação	58.019.862,65	58.005.321,62
Saúde	18.768.487,85	18.768.487,85
Previdência Social (RPPS)	9.449.214,85	9.449.214,85
Urbanismo	7.808.999,16	7.808.999,16
Administração	11.026.247,01	11.014.497,07
Assistência Social	3.882.476,06	3.034.361,43

FUNÇÃO DE GOVERNO	DOTAÇÃO ATUALIZ. (R\$)	EMPENHADO (R\$)
Cultura	2.455.261,40	2.455.261,40
Saneamento	870.696,55	870.696,55
Transporte	1.759.684,02	1.759.684,02
Legislativa	2.181.257,19	2.181.257,19
TOTAL GERAL	120.216.048,34	119.341.642,74

[REGULAR] As despesas foram formalizadas mediante processos licitatórios nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 8.666/1993. A Educação representa 48,6% do total das despesas empenhadas, seguida pela Saúde com 15,7% e pela Previdência com 7,9%, evidenciando o foco social dos investimentos municipais.

[ATENÇÃO] A Assistência Social apresentou execução de apenas R\$ 3,03 milhões frente à dotação atualizada de R\$ 3,88 milhões (78,2%), sinalizando necessidade de acompanhamento da execução contratual nesta área. Recomenda-se implementar relatórios mensais de acompanhamento de contratos nas áreas finalísticas.

IV – TRIBUTAÇÃO

4.1 Receitas Tributárias 2025 – Apurado no RREO (Anexo 06)

TRIBUTO	PREVISTO (R\$)	REALIZADO (R\$)
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano	5.500,00	68,88
ISS – Serviços de Qualquer Natureza	830.500,00	327.492,26
ITBI – Transmissão Inter Vivos	44.000,00	30.384,84
IRRF – Renda Retido na Fonte (servidores)	1.650.000,00	1.339.248,48
Outros Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	60.500,00	75.784,57
TOTAL IMPOSTOS E TAXAS	2.590.500,00	1.772.979,03
Contribuições (COSIP e previdenciárias)	1.700.000,00	1.741.889,70
Contribuições Sociais (RPPS – Intra-Orç.)	4.500.000,00	3.291.439,88

4.2 Transferências Correntes – Principais Fontes

FONTE	PREVISTO (R\$)	REALIZADO (R\$)
FPM – Fundo de Participação dos Municípios	19.660.000,00	24.218.294,11
FUNDEB (repasses e complementações)	44.570.000,00	48.324.466,12
ICMS – Quota-Parte Estadual	11.088.000,00	13.594.916,89
Transferências de Outras Inst. Públicas (SUS)	24.000.000,00	24.037.743,95
Transferências dos Estados (saúde/educação)	14.035.200,00	16.797.892,56
IPVA, ITR, LC 61/89 e outros	—	539.478,91
TOTAL TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	98.613.524,87	105.799.268,74

[ATENÇÃO] O IPTU arrecadou apenas R\$ 68,88 frente à previsão de R\$ 5.500,00, representando 1,3% da meta. O ISS atingiu R\$ 327.492,26 (39,4% da meta). A receita tributária própria (impostos e taxas) somou R\$ 1,77 milhão, representando apenas 1,6% da receita total, evidenciando estrutural dependência das transferências federais e estaduais.

V – FINANÇAS E INDICADORES LRF

5.1 Resultado Orçamentário e Financeiro

INDICADOR	VALOR (R\$)
Receita Total Realizada (Receitas + Intra-Orç.)	119.739.377,32
Despesa Total Liquidada (Exceto + Intra-Orç.)	115.419.001,55
Superávit Orçamentário	397.734,58
Disponibilidade de Caixa Bruta (31/12/2025)	10.775.953,71
(-) Restos a Pagar Processados	1.067.234,38
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.945.412,32
Disponibilidade de Caixa Líquida	3.763.307,01
Resultado Primário (SEM RPPS) – Acima da Linha	6.297.243,56
Resultado Nominal (SEM RPPS) – Abaixo da Linha	3.724.897,70

5.2 Indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal – RGF 3º Quadrimestre



INDICADOR LRF	RESULTADO 2025	LIMITE LEGAL	SITUAÇÃO
Gastos com Pessoal – Executivo (DTP)	53,29% da RCL	54,00% (art.20)	CUMPRIU
Limite Máximo – DTP Executivo	R\$ 56.695.341,25	54,00%	ABAIXO
Limite Prudencial (0,95 x VII)	R\$ 53.860.574,19	51,30%	ACIMA – ATENÇÃO
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-R\$ 1.461.003,30	120% RCL	CUMPRIU
Operações de Crédito	R\$ 0,00	16% RCL	CUMPRIU
Garantias Concedidas	R\$ 0,00	22% RCL	CUMPRIU
Resultado Primário (sem RPPS)	R\$ 6.297.243,56	Meta LDO	POSITIVO
Resultado Nominal (sem RPPS)	R\$ 3.724.897,70	Meta LDO	POSITIVO

[REGULAR] Os indicadores gerais da LRF foram cumpridos. A Dívida Consolidada Líquida é negativa (R\$ -1.461.003,30), indicando que as deduções (caixa disponível) superam a dívida. O Resultado Primário sem RPPS é positivo em R\$ 6,3 milhões, demonstrando equilíbrio fiscal.

[ATENÇÃO] A Despesa Total com Pessoal atingiu 53,29% da RCL ajustada (R\$ 55.949.034,21), situando-se ACIMA do Limite Prudencial de 51,30% (R\$ 53.860.574,19), porém abaixo do Limite Máximo de 54%. Esta situação requer atenção imediata e monitoramento rigoroso dos gastos com pessoal para evitar ultrapassagem do limite legal.

VI – CONTABILIDADE – DESPESAS POR FUNÇÃO

6.1 Despesas por Função de Governo – RREO Anexo 02

FUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZ. (R\$)	EMPENHADO (R\$)	% Total
Educação	58.019.862,65	58.005.321,62	48,60%
Saúde	18.768.487,85	18.768.487,85	15,73%
Previdência Social	9.449.214,85	9.449.214,85	7,92%
Administração	11.026.247,01	11.014.497,07	9,23%
Urbanismo	7.808.999,16	7.808.999,16	6,54%
Assistência Social	3.882.476,06	3.034.361,43	2,54%

FUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZ. (R\$)	EMPENHADO (R\$)	% Total
Cultura	2.455.261,40	2.455.261,40	2,06%
Legislativa	2.181.257,19	2.181.257,19	1,83%
Transporte	1.759.684,02	1.759.684,02	1,47%
Saneamento	870.696,55	870.696,55	0,73%
Agricultura	174.771,31	174.771,31	0,15%
Desporto e Lazer	97.727,05	97.727,05	0,08%
Encargos Especiais	452.142,09	452.142,09	0,38%
TOTAL GERAL	120.216.048,34	119.341.642,74	100%

[REGULAR] As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964 e as NBCASP. O Município utilizou o SICONFI para transmissão dos dados ao Tesouro Nacional, com o RREO do 6º Bimestre e o RGF do 3º Quadrimestre publicados e assinados digitalmente.

VII – GESTÃO DE PESSOAL

7.1 Despesa Bruta com Pessoal – Últimos 12 Meses (RGF – Anexo 01)

COMPONENTE	VALOR (R\$)	OBS.
Despesa Bruta com Pessoal (I) – Últimos 12M	67.041.532,69	Total acumulado
Pessoal Ativo (vencimentos + obrigações)	57.970.263,79	–
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.071.268,90	–
(-) Deduções Não Computadas (II)	11.092.498,48	Inativo vinculado, ACS, Enfermagem
= Despesa Líquida com Pessoal (III)	55.949.034,21	53,29% da RCL Ajustada

7.2 Apuração dos Limites Legais

PARÂMETRO	VALOR (R\$)	% RCL AJUST.
RCL – Receita Corrente Líquida	110.455.048,68	–
(-) Emendas Individuais (art. 166-A, CF)	2.200.000,00	–



PARÂMETRO	VALOR (R\$)	% RCL AJUST.
(-) Emendas de Bancada (art. 166, §16, CF)	2.000.700,00	—
(-) ACS e Endemias (art. 198, §11, CF)	1.262.976,00	—
= RCL Ajustada para Limites de Pessoal	104.991.372,68	—
Despesa Total com Pessoal – DTP	55.949.034,21	53,29%
Limite Máximo – art. 20 LRF	56.695.341,25	54,00%
Limite Prudencial (0,95 x Limite Máximo)	53.860.574,19	51,30%
Limite de Alerta (0,90 x Limite Máximo)	51.025.807,13	48,60%

[REGULAR] O Município cumpriu o Limite Máximo de gastos com pessoal (54% – art. 20 da LRF), com DTP de 53,29%. Os pagamentos foram realizados regularmente ao longo do exercício.

[ATENÇÃO] A DTP de 53,29% SUPERA o Limite Prudencial de 51,30%. Nos termos do art. 22 da LRF, o Município fica impedido de conceder vantagens, criar cargos, admitir pessoal ou alterar carreiras enquanto persistir o excesso. Recomenda-se monitoramento rigoroso e contenção de novas despesas de pessoal.

VIII – RPPS – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

8.1 Dados Financeiros do RPPS 2025 – RREO Anexo 04

COMPONENTE	VALOR (R\$)
RECEITAS DO RPPS (Fundo em Capitalização)	5.010.883,98
Contribuições dos Segurados (Ativos)	1.713.229,52
Contribuições Patronais (Ativas)	3.291.439,88
Receita Patrimonial (Valores Mobiliários)	6.214,58
DESPESAS DO RPPS – Benefícios	9.071.268,91
Aposentadorias	7.938.728,96
Pensões por Morte	1.132.539,95
Outras Despesas Previdenciárias	377.945,94
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO	9.449.214,85
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (Déficit)	-4.438.330,87

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo de Caixa do RPPS (31/12/2025)	8.748,51
Passivo Atuarial (não integrante da DC)	21.426.001,96

[ATENÇÃO] O Resultado Previdenciário do RPPS (Fundo em Capitalização) é deficitário em R\$ 4.438.330,87, decorrente da diferença entre as receitas (R\$ 5,01 milhões) e as despesas com benefícios (R\$ 9,45 milhões). O passivo atuarial informado nos Outros Valores é de R\$ 21,43 milhões, requerendo plano de equacionamento e avaliação atuarial anual.

IX – DÍVIDA CONSOLIDADA

9.1 Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – RGF Anexo 02

COMPONENTE	SALDO 31/12/2024 (R\$)	SALDO 31/12/2025 (R\$)
Dívida Consolidada – DC (I)	2.678.990,75	2.302.303,71
Parcelamento de Tributos	303.160,61	267.166,37
Parcelamento Contrib. Previdenciárias	2.129.356,00	1.822.780,13
Com Instituição Não Financeira	246.474,14	212.357,21
(-) Deduções – II (Disponibilidade de Caixa)	415.096,35	3.763.307,01
= Dívida Consolidada Líquida – DCL (III)	2.263.894,40	-1.461.003,30
DCL / RCL Ajustada para Endividamento	2,21%	-1,35%
Limite – Resolução do Senado Federal	125.138.965,20	129.906.058,40
Passivo Atuarial (informativo, não integrante DC)	21.426.001,96	21.426.001,96
Restos a Pagar Não Processados	2.884.310,58	3.869.457,09

9.2 Restos a Pagar

CATEGORIA	INSCRITO (R\$)	SALDO A PAGAR (R\$)
Restos a Pagar Processados – Poder Executivo	817.529,25	-48.654,70
Restos a Pagar Não Processados – Poder Exec.	2.897.877,36	0,00
TOTAL GERAL	3.715.406,61	-48.654,70

[REGULAR] A Dívida Consolidada Líquida é negativa (R\$ -1.461.003,30 ao final de 2025), resultado da redução da dívida de R\$ 2,68 milhões para R\$ 2,30 milhões e do crescimento expressivo da disponibilidade de caixa. A DCL representa -1,35% da RCL Ajustada, muito abaixo do limite de 120%.

[ATENÇÃO] Os Restos a Pagar Não Processados cresceram de R\$ 2,88 milhões para R\$ 3,87 milhões. Recomenda-se monitoramento periódico, garantindo que os recursos estejam disponíveis para pagamento e que não haja inscrições irregulares.

X – EDUCAÇÃO

10.1 Receita Resultante de Impostos – Base de Cálculo MDE (RREO – Anexo 8)

RECEITA	PREVISTO (R\$)	REALIZADO (R\$)
1 – Receita de Impostos (IPTU+ITBI+ISS+IRRF)	2.550.000,00	1.697.194,46
2 – Transferências Constitucionais e Legais	31.242.560,00	47.132.421,40
2.1 – Cota-Parte FPM	19.660.000,00	29.464.425,46
2.2 – Cota-Parte ICMS	11.088.000,00	16.993.646,18
2.3/2.4/2.5 – IPI-Exp., ITR, IPVA	494.560,00	674.349,76
3 – TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	33.792.560,00	48.829.615,86
4 – Total Destinado ao FUNDEB (20%)	5.948.512,00	8.779.730,64
5 – Valor Mínimo Além do FUNDEB (MDE s/ impostos)	2.499.628,00	3.427.673,02

10.2 Receitas do FUNDEB – Exercício 2025

COMPONENTE FUNDEB	PREVISTO (R\$)	REALIZADO (R\$)
6.1 – FUNDEB – Impostos e Transf. de Impostos	24.100.000,00	24.216.005,25
6.2 – Complementação União – VAAF	3.800.000,00	5.625.338,17
6.3 – Complementação União – VAAT	16.000.000,00	16.861.263,65
6.4 – Complementação União – VAAR	770.000,00	1.972.829,05
6 – TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB	44.670.000,00	48.675.436,12
8 – Superávit de Exercícios Anteriores	—	734.180,90



COMPONENTE FUNDEB	PREVISTO (R\$)	REALIZADO (R\$)
9 – Total Disponível para Utilização (6+8)	–	49.409.617,02

10.3 Despesas com Recursos do FUNDEB

CATEGORIA	DOTAÇÃO (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)
10 – TOTAL DESPESAS COM FUNDEB	49.473.481,82	49.473.481,82	48.500.387,42
10.1 – Profissionais da Educação Básica	38.559.124,30	38.559.124,30	38.559.124,30
10.1.1 – Educação Infantil	15.657.410,37	15.657.410,37	15.657.410,37
10.1.2 – Ensino Fundamental	16.940.232,46	16.940.232,46	16.940.232,46
10.1.3 – EJA	5.961.481,47	5.961.481,47	5.961.481,47
10.2 – Outras Despesas	10.914.357,52	10.914.357,52	9.941.263,12
10.2.1 – Educação Infantil	2.224.365,31	2.224.365,31	2.224.365,31
10.2.2 – Ensino Fundamental	8.689.992,21	8.689.992,21	7.716.897,81

10.4 Indicadores do FUNDEB – Art. 212-A CF / Lei nº 14.113/2020

INDICADOR	VALOR EXIGIDO (R\$)	VALOR APLICADO (R\$)	% APLIC.
15 – Mín. 70% FUNDEB – Remuneração Profissionais	32.691.824,95	38.559.124,30	82,56%
16 – VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	–	13.864.447,70	82,23%
17 – Mín. 15% VAAT em Despesas de Capital	2.529.189,55	3.286.351,44	19,49%
18 – Superávit Não Aplicado (máx. 10%)	4.867.543,61	172.708,70	0,35%

10.5 Apuração do Limite Mínimo Constitucional – MDE

PARÂMETRO	VALOR EXIGIDO (R\$)	VALOR APLICADO (R\$)
22 – MDE custeada com Receitas de Impostos	–	4.699.881,69
23 – Total Destinado ao FUNDEB (L4)	–	8.779.730,64
27 – (-) Cancelamento de RP inscritos c/ disponib.	–	-105.383,27
28 – Total das Despesas para fins de Limite (22+23-27)	–	13.374.229,06
29 – Aplicação MDE / Receita Líquida de Impostos	12.207.403,96 (25%)	13.374.229,06 (27,39%)

10.6 Total Geral das Despesas com Educação

COMPONENTE	DOTAÇÃO (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)
10 – Despesas com FUNDEB	49.473.481,82	49.473.481,82	48.500.387,42
20 – MDE custeada c/ Receitas de Impostos	4.699.881,69	4.699.881,69	4.529.989,75
32 – Outras Despesas com Educação	5.617.285,31	5.617.285,31	5.113.513,40
33 – TOTAL GERAL EDUCAÇÃO (10+20+32)	59.792.988,82	59.792.988,82	58.146.230,57
33.1 – Despesas Correntes	55.962.047,78	55.962.047,78	54.751.556,33
33.1.1 – Pessoal Ativo	40.767.047,75	40.767.047,75	40.767.047,75
33.1.3 – Transf. a Inst. Filantrópicas	2.787.639,12	2.787.639,12	2.787.639,12
33.1.4 – Outras Despesas Correntes	12.407.360,91	12.407.360,91	11.196.869,46
33.2 – Despesas de Capital	3.830.941,04	3.830.941,04	3.394.674,24

10.7 Receitas Adicionais para Financiamento do Ensino

FONTE	PREVISTO (R\$)	REALIZADO (R\$)
Salário-Educação	1.900.000,00	2.032.563,65
PNAE – Alimentação Escolar	811.000,00	697.736,49
PNATE – Transporte Escolar	110.000,00	68.877,13
PDDE – Dinheiro Direto na Escola	8.800,00	5.127,64
Outras Transferências FNDE	1.532.641,00	541.136,38

FONTE	PREVISTO (R\$)	REALIZADO (R\$)
Transferências de Convênios	940.500,00	1.449.408,96
Precatórios FUNDEF/FUNDEB	1.100.000,00	110.460,04
31 – TOTAL RECEITAS ADICIONAIS	6.402.941,00	4.905.310,29

[REGULAR] O Município CUMPRIU o limite constitucional de Educação: aplicou 27,39% da Receita Líquida de Impostos em MDE (exigido: 25%) – R\$ 13.374.229,06 contra R\$ 12.207.403,96 exigidos. O FUNDEB atingiu R\$ 48.675.436,12 em receitas, com aplicação de 82,56% na remuneração dos profissionais da educação básica (exigido: 70%). O VAAT na Educação Infantil atingiu 82,23% e o VAAT em Capital atingiu 19,49% (mínimo: 15%). Todos os indicadores do art. 212-A da CF foram cumpridos.

[ATENÇÃO] O superávit não aplicado no exercício (R\$ 172.708,70) representa apenas 0,35% do total recebido, dentro do limite de 10% permitido pelo art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020. O saldo financeiro conciliado do FUNDEB em 31/12/2025 é de R\$ 974.561,74. Recomenda-se monitorar a aplicação dos Restos a Pagar do FUNDEB (R\$ 973.094,40 inscritos no exercício) para evitar eventual perda de recursos.

XI – SAÚDE PÚBLICA

11.1 Base de Cálculo – Receitas de Impostos e Transferências (SIOPS – 6º Bimestre)

RECEITA	PREVISTO (R\$)	REALIZADO (R\$)
I – Receita de Impostos (IPTU+ITBI+ISS+IRRF)	2.530.000,00	1.697.194,46
II – Receita de Transferências Constitucionais e Legais	29.742.560,00	43.898.654,70
III – TOTAL (I + II) – Base de Cálculo ASPS	32.272.560,00	45.595.849,16
XVII – Despesa Mínima ASPS (15% do Total III)	–	6.839.377,37

11.2 Despesas com ASPS – Recursos Próprios (Computadas no Limite)

SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZ. (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)
IV – Atenção Básica	6.767.176,53	6.767.176,53	6.715.597,18



SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZ. (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)
Despesas Correntes	6.754.796,06	6.754.796,06	6.712.371,71
Despesas de Capital	12.380,47	12.380,47	3.225,47
V – Assist. Hospitalar e Ambulatorial	27.536,90	27.536,90	27.536,90
VI – Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00
VII – Vigilância Sanitária	66.656,16	66.656,16	66.656,16
VIII – Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00
XI – TOTAL ASPS (Rec. Próprios)	6.861.369,59	6.861.369,59	6.809.790,24

11.3 Apuração do Cumprimento do Limite Mínimo – ASPS (LC 141/2012)

PARÂMETRO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)
XII – Total das Despesas com ASPS	6.861.369,59	6.809.790,24
(-) XIII – RP inscritos s/ disponibilidade financeira	0,00	N/A
(-) XIV – Deduções de exercícios anteriores	0,00	0,00
(-) XV – RP cancelados c/ disponib. caixa vinculada	0,00	0,00
XVI – VALOR APLICADO EM ASPS	6.861.369,59	6.809.790,24
XVII – Despesa Mínima ASPS (15% de III)	6.839.377,37	6.839.377,37
XVIII – Diferença (Aplicado – Mínimo)	+21.992,22	-29.587,13
% ASPS aplicado / Base de Cálculo (mín. 15%)	15,04%	14,93%

11.4 Despesas com Saúde – Recursos Transferidos (Não Computadas no Limite)

SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZ. (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)
XXXIII – Atenção Básica (rec. transferidos)	10.548.218,96	10.548.218,96	9.305.981,74
XXXIV – Assist. Hospitalar e Ambulatorial	1.052.669,53	1.052.669,53	1.052.669,53



SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZ. (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)
XXXV – Suporte Profilático e Terapêutico	44.748,37	44.748,37	44.147,17
XXXVI – Vigilância Sanitária	1.264.861,93	596.265,93	596.265,93
XXXVII – Vigilância Epidemiológica	541.735,86	541.735,86	541.735,86
XL – TOTAL (Rec. Transferidos)	13.452.234,65	12.783.638,65	11.540.800,23

11.5 Consolidado Total das Despesas com Saúde

COMPONENTE	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)
XI – Despesas c/ Rec. Próprios (ASPS)	6.861.369,59	6.809.790,24
XL – Despesas c/ Rec. Transferidos	12.783.638,65	11.540.800,23
XLVIII – TOTAL GERAL SAÚDE	19.645.008,24	18.350.590,47
Receitas Adicionais de Transferências (SUS)	–	14.486.895,87
Provenientes da União	–	13.486.913,37
Provenientes dos Estados	–	999.982,50
Restos a Pagar NP inscritos no exercício	–	1.294.417,77

[REGULAR] O Município CUMPRIU o limite mínimo de ASPS com base nas despesas EMPENHADAS (15,04% da base de cálculo de R\$ 45,6 milhões), superando os 15% exigidos pela LC 141/2012 em R\$ 21.992,22. O valor mínimo exigido era R\$ 6.839.377,37 e o aplicado (empenhado) foi R\$ 6.861.369,59. Não há histórico de limite não cumprido em exercícios anteriores (2021–2024 zerados). A Atenção Básica concentrou 98,6% das despesas ASPS com recursos próprios (R\$ 6,77 milhões), consolidando a rede de atenção primária do município.

[ATENÇÃO] Com base nas despesas LIQUIDADAS, o valor aplicado em ASPS (R\$ 6.809.790,24 = 14,93%) ficou marginalmente abaixo do limite de 15% (déficit de R\$ 29.587,13). O SIOPS registra R\$ 51.579,35 em Restos a Pagar não Processados da Atenção Básica. Recomenda-se garantir a plena liquidação das despesas empenhadas em ASPS para consolidar o cumprimento formal do limite. A Vigilância Sanitária (recursos transferidos) executou apenas 47,14% da dotação atualizada (R\$ 1,26M), evidenciando necessidade de maior acompanhamento contratual.

XII – ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA / AÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZ. (R\$)	EMPENHADO (R\$)
Assistência Social – Total	3.882.476,06	3.034.361,43
Assistência Comunitária (CRAS/SUAS)	2.240.737,99	1.430.304,30
Administração FMAS (FU08 – Adm. Geral)	1.331.828,21	1.324.621,01
Assist. à Criança e ao Adolescente (CREAS)	309.909,86	279.436,12
Assistência ao Idoso	—	0,00
Assistência Social – Intra-Orç. (RPPS)	32.839,74	32.839,74
Disponibilidade de Caixa – FMAS (31/12)	100.807,15	—
Restos a Pagar NP – Assistência Social	16.986,94	—

[REGULAR] O Município mantém estrutura do SUAS com CRAS e CREAS implantados, financiados por recursos federais (FNAS), estaduais e municipais. Os programas Bolsa Família, BPC e SCFV estão ativos no território.

[ATENÇÃO] A Assistência Comunitária (CRAS/SUAS) executou apenas R\$ 1,43 milhão de dotação de R\$ 2,24 milhões (63,8%), o que pode indicar dificuldades na execução de convênios ou projetos sociais. Recomenda-se aprimorar o controle de acesso ao CadÚnico e a qualidade dos registros no sistema Prontuário SUAS.

XIII – PATRIMÔNIO E INVESTIMENTOS

13.1 Despesas de Capital – RREO Anexo 09

COMPONENTE	DOTAÇÃO ATUALIZ. (R\$)	EMPENHADO (R\$)
Despesas de Capital – TOTAL	8.052.008,62	7.825.899,29
Investimentos	7.675.321,58	7.449.212,25
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	376.687,04	376.687,04
Despesas de Capital Liquidadas	—	5.826.520,23

COMPONENTE	DOTAÇÃO ATUALIZ. (R\$)	EMPENHADO (R\$)
Regra de Ouro (DC ≥ Operações de Crédito)	R\$ 7.825.899,29	Cumpriu (crédito = R\$ 0)

13.2 Disponibilidade de Caixa por Vinculação – RGF Anexo 05

FONTE DE RECURSOS	CAIXA BRUTA (R\$)	DISPON. LÍQUIDA (R\$)
Recursos Não Vinculados (Impostos livres)	1.840.206,13	822.546,84
Recursos Vinculados – Educação	2.464.225,64	2.459.695,77
Recursos Vinculados – Saúde (SUS)	3.867.169,79	3.876.715,65
Recursos Vinculados – Assistência Social	107.214,13	100.807,15
Outras Vinculações (Convênios e outros)	2.481.101,41	2.481.101,41
Recursos Vinculados ao RPPS	8.748,51	8.748,51
TOTAL GERAL	10.784.702,22	9.765.651,94

[REGULAR] O Município cumpriu a Regra de Ouro (despesas de capital > operações de crédito), com investimentos empenhados de R\$ 7,82 milhões contra zero em operações de crédito. A disponibilidade de caixa líquida totaliza R\$ 9,77 milhões, com adequada segregação de recursos vinculados.

[ATENÇÃO] Os investimentos liquidados (R\$ 5,83 milhões) ficaram aquém dos empenhados (R\$ 7,82 milhões), indicando obras/contratos em andamento com execução física parcial. Recomenda-se realizar inventário físico-patrimonial anual e acompanhar a conclusão das obras em andamento.

XIV – CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

ORIGEM	VALOR REALIZADO (R\$)
Transferências da União – Capital (convênios)	3.702.444,00
Alienação de Bens Móveis	569.971,79
Total Receitas de Capital Realizadas	4.272.415,79



ORIGEM	VALOR REALIZADO (R\$)
Convênios – Disponibilidade Vinculada (Caixa)	2.481.101,41
Restos a Pagar NP – Convênios/Outros	594.000,00

[REGULAR] O Município recebeu R\$ 3,70 milhões em Transferências de Capital da União (convênios), superando a previsão inicial de R\$ 500 mil. Os recursos conveniados estão registrados nas fontes vinculadas correspondentes.

[ATENÇÃO] Recomenda-se designar servidor responsável pelo acompanhamento individual de cada convênio, com relatório mensal ao Prefeito e ao Controlador, evitando risco de devolução de recursos não utilizados dentro dos prazos pactuados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Com base nas análises realizadas sobre o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – 6º Bimestre de 2025) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF – 3º Quadrimestre de 2025) da Prefeitura Municipal de Santana do Mundaú/AL, o Controle Interno Municipal emite as seguintes considerações conclusivas:

Aspectos Positivos Identificados

- Superávit orçamentário de R\$ 397.734,58, demonstrando equilíbrio entre receitas e despesas.
- Receita Total realizada de R\$ 119,7 milhões, superando a previsão inicial em 6,1%, com destaque para o FPM (R\$ 24,2 milhões) e FUNDEB (R\$ 48,3 milhões).
- Dívida Consolidada Líquida negativa (R\$ -1.461.003,30 = -1,35% da RCL), evidenciando solvência financeira do Município.
- Resultado Primário positivo (R\$ 6.297.243,56 sem RPPS), demonstrando geração de caixa operacional.
- Cumprimento do Limite Máximo de Gastos com Pessoal (53,29% < 54%), em conformidade com o art. 20 da LRF.
- Nenhuma operação de crédito contratada no exercício, cumprindo plenamente a Regra de Ouro.
- Educação: MDE aplicado 27,39% da Receita Líquida de Impostos (mínimo 25% – CUMPRIDO); FUNDEB com 82,56% em remuneração dos profissionais (mínimo 70% – CUMPRIDO); VAAT Infantil 82,23% e VAAT Capital 19,49% (mínimo 15% – CUMPRIDO). Total geral de despesas com Educação: R\$ 59.792.988,82.
- Saúde: ASPS aplicado (empenhado) = 15,04% da base de impostos e transferências (R\$ 6.861.369,59), superando o mínimo de 15% da LC 141/2012 (R\$ 6.839.377,37). Total geral das despesas com saúde (próprios + transferidos): R\$ 19.645.008,24, com recebimento de R\$ 14,49 milhões em transferências do SUS.
- Publicação dos RREO e RGF dentro dos prazos legais, com assinaturas digitais no SICONFI.

Aspectos que Requerem Atenção e Melhorias

- Despesa com Pessoal (53,29%) ACIMA do Limite Prudencial (51,30%), exigindo contenção de novas despesas de pessoal, conforme art. 22 da LRF.
- RPPS com resultado previdenciário deficitário de R\$ -4.438.330,87, com passivo atuarial de R\$ 21,4 milhões.
- IPTU arrecadou apenas R\$ 68,88 (1,3% da meta de R\$ 5.500), evidenciando urgência no cadastramento imobiliário.
- ISS arrecadou R\$ 327.492,26 (39,4% da meta), indicando potencial de melhoria na fiscalização tributária.
- Assistência Comunitária com execução de apenas 63,8% da dotação disponível.
- Crescimento dos Restos a Pagar Não Processados (de R\$ 2,88M para R\$ 3,87M), requerendo monitoramento.

- ASPS com base nas despesas liquidadas (14,93%) ficou marginalmente abaixo do limite de 15%, com déficit de R\$ 29.587,13, sinalizando necessidade de acompanhamento da liquidação dos empenhos pendentes.

Recomendações do Controle Interno

RECOMENDAÇÃO	ÁREA RESPONSÁVEL
Monitorar e conter gastos com pessoal (acima do Limite Prudencial)	RH / Finanças / Jurídico
Elaborar plano de equacionamento atuarial do RPPS	RPPS / Finanças
Atualizar o cadastro imobiliário para incremento do IPTU	Sec. de Finanças / TI
Intensificar fiscalização tributária do ISS e cobrança de Dívida Ativa	Sec. de Finanças / Tributação
Garantir liquidação das despesas ASPS empenhadas para cumprir formalmente o limite de 15% (liquidado)	Sec. de Saúde / Contabilidade
Designar responsável pelo acompanhamento individual de convênios	Sec. de Administração / Finanças
Realizar inventário físico-patrimonial anual	Sec. de Administração
Qualificar e-SUS PEC e indicadores Previne Brasil	Sec. de Saúde
Aprimorar controle de execução contratual da Assistência Social	FMAS / Jurídico
Implantar SIAFIC e protocolo eletrônico de processos	TI / Contabilidade

Quadro-Síntese dos Indicadores Fiscais e Constitucionais – Exercício 2025

INDICADOR	LIMITE LEGAL	RESULTADO 2025	STATUS	FUNDAMENTO
Despesa c/ Pessoal – Executivo (DTP)	54,00% RCL	53,29%	✓	art. 20 LRF
Limite Prudencial – DTP	51,30% RCL	53,29% – ACIMA	⚠	art. 22 LRF
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	120% RCL	-1,35% RCL	✓	Res. SF
Operações de Crédito	16% RCL	0,00%	✓	Res. SF
Garantias Concedidas	22% RCL	0,00%	✓	Res. SF
Resultado Primário (sem RPPS)	Meta LDO	+R\$ 6.297.243,56	✓	art. 9 LRF

INDICADOR	LIMITE LEGAL	RESULTADO 2025	STATUS	FUNDAMENTO
Resultado Nominal (sem RPPS)	Meta LDO	+R\$ 3.724.897,70	✓	art. 4 LRF
Regra de Ouro (DC ≥ Op. Crédito)	DC > 0	R\$ 7,83M > R\$ 0	✓	art. 167 CF
Educação – MDE (Receita de Impostos)	25% mín.	27,39%	✓	art. 212 CF
FUNDEB – Profissionais Educação Básica	70% mín.	82,56%	✓	art. 212-A CF
FUNDEB – VAAT Educação Infantil (IEI)	45,83% mín.	82,23%	✓	art. 212-A CF
FUNDEB – VAAT Despesas de Capital	15% mín.	19,49%	✓	art. 212-A CF
FUNDEB – Superávit não aplicado	máx. 10%	0,35%	✓	Lei 14.113/20
Saúde – ASPS empenhado	15% mín.	15,04%	✓	LC 141/2012
Saúde – ASPS liquidado	15% mín.	14,93% – ABAIXO	⚠	LC 141/2012
RPPS – Resultado Previdenciário	Equilíbrio	-R\$ 4.438.330,87	⚠	Lei 9.717/98

Conclusão do Parecer

Diante do exposto, analisados o RREO (6º Bimestre) e o RGF (3º Quadrimestre) do exercício de 2025, o Controle Interno do Município de Santana do Mundaú/AL conclui que as contas se apresentam **REGULARES COM RESSALVAS**, notadamente em função: (i) da Despesa com Pessoal acima do Limite Prudencial da LRF; (ii) do déficit previdenciário do RPPS; e (iii) da baixa arrecadação tributária própria, conforme detalhado nas seções e recomendações deste Parecer.

Este Parecer é emitido pelo Controlador Geral do Município, nos termos do art. 74, § 1º, da Constituição Federal, e encaminhado ao Prefeito Municipal, à Câmara Municipal de Santana do Mundaú e ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE/AL), para os fins legais pertinentes.

Este é o Parecer de melhor juízo.

Santana do Mundaú/AL, 31 de março 2026.

PAULO VICTOR
CLAUDINO
GOMES:11246168456

Assinado de forma digital por
PAULO VICTOR CLAUDINO
GOMES:11246168456

Paulo Victor Claudino Gomes
Controlador Geral



PREFEITURA DE
**SANTANA
DO MUNDAÚ**

Trabalhando
o presente
e construindo
o futuro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MUNDAÚ

Rua Silvestre Péricles, s/n - centro - Santana do Mundaú - AL
Cep: 57.840-000 - pmsantanadomundau@hotmail.com - cnpj: 12.332.979/0001-84